

dente por haver atendido sua solicitação. Nada mais havendo em contrário a proposição, fora a mesma, em votação, aprovada pelo plenário em segunda votação. Sendo a proposição o único matéria a ser deliberado naquela oportunidade e não havendo mais nenhuma contestação, encerrou o Senhor Presidente a sessão, sendo esta ato lavrado e se aceite por via assinada pelo Presidente e Primeiro-Secretário.

Ata da trigéssima-segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop Estado do Mato Grosso.

Nos cinco dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa, à Sala das Sessões da Câmara Municipal de Sinop, reuniram-se os Senhores Vereadores, ausente apenas o Vereador Vitorino Dalla Libera, para realização de mais uma Sessão Ordinária prevista. Invocando a proteção Divina, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando inicialmente que fosse lida a ata da Sessão anterior. Lida e aprovada a ata, deu-se prosseguimento com a apresentação das correspondências recebidas e expedi-

das. Concedeu após, o Senhor Presidente, o espaço aberto aos Vereadores que quizessem usar do pequeno expediente. José Pedro Serafini, requereu a Mesa para que convocasse à fazer uso da Casa, o Delegado Regional de Polícia e o Comandante do Pelotão da Polícia Militar de Simão, para que pudessem informar quais as prorrogações quanto ao policiamento em Simão, na tentativa de diminuição do roubo de carros na cidade e demais que vinham aumentando diariamente. Requereu, ainda, que fossem tomadas providências pela Secretaria de Segurança Pública e/ou pela Delegacia Regional, quanto ao problema que clamava o Distrito de Santa Carmem ante a questão de policiais que não existiam naquele Distrito. Honório Slaviero, reportou-se quanto ao alto nível de desemprego que vinha atingindo o município, solicitando que fosse oficiado ao Ministro do Trabalho e também ao Presidente da República, alertando-os quanto ao que vinha ocorrendo em todo o país, enviando cópias aos demais municípios, para que também se empenhassem naquele sentido. Jonas Henrique de Lima, solicitou a Mesa que retirasse de pauta, o projeto de lei número quatorze, de sua autoria que seria apreciada naquela sessão, pois em con-

vossa que tivera com o vereador U-
 mar Martinelli, este lhe informou
 que já existia algo nos arquivos
 da Casa com respeito ao seu pe-
 dido. Usamar Martinelli na esteira
 do dito pelo vereador Jonas Flem-
 que de Lima, diz que atitudes co-
 mo aquela que tomara o vereador
 era que melhoravam o nível da Co-
 isa, pois existiam duas idéias, e uma
 poderia melhorar a outra, fazendo
 com que não haja embates desne-
 cessários em plenário. Waldemar Bran-
 dão, inicialmente entregou o priméi-
 ro exemplar seu do Lei Orgânico
 Municipal, em homenagem, a sua
 filha Luciana Brandão, que se fa-
 zia presente à Sessão. Respondendo
 ao ofício recebido pelo Superinten-
 dente da Fazenda, Senhor Dorival Dias
 Franca fazendo leitura do contrato
 da Folha do Comércio com a asso-
 ciação dos ligentes de Fiscalização e
 arrecadação dos Tributos Estaduais
 do Mato Grosso, que fora enviado
 dizendo que não era através dele
 que dava aqueles formalistas o direi-
 to de chegarem aos comerciantes e se
 apresentarem como fiscais e exigir di-
 nheiro. Ratificou o dito em sessão an-
 terior, dizendo que fora o Senhor Dor-
 val Dias Franca enganado por aque-
 les infatuados, mencionando que vel-
 taria a reportar-se naquele senti-

do no final do sessão, registrando que teriam aqueles acontecimentos um fim quando do posse do novo governo. Representado após o Projeto de Lei número nove, autoria do Executivo, bem como o parecer favorável a proposição escarado pelas Comissões de Justiça e Pedagogia, e Finanças e Orçamentos, o qual em votação fora aprovado, com a supressão do artigo décimo oitavo, por unanimidade. Representado, após, o emenda aditiva número oito, autoria do vereador Jorge Libreu ao projeto, o qual justificou o motivo da emenda. Em discussão, Waldemar Brandão, mencionou da importância da instalação do pronto-socorro ambulatório. Reportou-se quanto ao projeto do vereador José Pedro Serafim que tramitava o caso, dizendo não ser contra o mesmo, pois entendia que poderia ser atendido pelo Conselho do Estatuto do Criança e do Adolescente, era contra de ficar a custódia do Prefeito, pois temia que o projeto poderia sofrer distorções políticas. Quanto a presença do vereador com a Secretaria da Agricultura era motivo de satisfação para sua pessoa. Informou que a piscicultura era viável para comercialização, mas necessitava-se de implementos para

que fosse o projeto efetuado em Sinop mencionou que não inseriria no Projeto de Diretrizes, a sua proposição para a criação do Secretariado de Agricultura pois sabia que não seria atendido pelo Senhor Prefeito, abrindo mão de que fosse da Palavra do vereador. José Pedro Serafini, entendeu que com a proposição do vereador Jorge Libreu, teriam lugar para pagar os médicos que consultaro através de proposição em sessão anterior, dizendo que dependeria exclusivamente do Senhor Prefeito para que a prioridade que estava sendo inserido no projeto de diretrizes fosse atendido. Disse que não concedia que em Sinop fossem deixados de atender os acidentados por não possuírem condições de pagar o consulta, entendendo que deviam apelar ao município para que viesse a construir a obra, dando pelo menos o primeiro atendimento aos que necessitarem. João Medeiros, complementou o vereador autor pela sua iniciativa de emenda, dizendo ser de suma importância para o município. Considerou entre os projetos de autoria do vereador, aquele o mais importante durante o período legislativo, dizendo que soubera o vereador captar uma das gran-

das necessidades do município, entendendo que cabia a Casa questionar para que a mesma fosse executada no exercício de hum mil mareentes e marento e um. Nada mais havendo, em votação a emenda, fora aprovada por unanimidade. Logo após, fora apresentado a emenda aditivo número mar, ao projeto, de autoria do Plenário, sendo justificado pelo vereador Píder da bancada do PFL, João Medeiros. Osmar Martinelli, informou que não assinara a emenda, pois entendeu que havia uma duplicidade de lei, sendo artigo do Lei Orgânica. Disse que a seu ver a Prefeitura poderia firmar convênios com níveis superiores desde que sobre verbas mencionou ser o favor, a partir do momento que mantessem contato com a Universidad de Cáceres para juntos elaborarem um convênio dirigido a Universidad. Entendeu que a emenda que estariam aprovando naquela sessão já estava sendo executada pelo Executivo com os mínimos que seriam realizados. Informou que seu voto era a favor, somente queria através de seu posicionamento informar aos professores e alunos da Universidad, que a Lei em nada ajudaria. Repartando João Medeiros, disse que não com prendia

o posicionamento do vereador, quando dizia, que o lei em nada ajudava, mas mesmo assim votaria a favor. Entendeu que o lei tinha um objetivo, pois a verbodada tirada a Unestado já estava reservada, dizendo que a emenda era extremamente importante pois garantiria um percentual a ser aplicado no nível de Ensino Superior. Continuando Usmar Martinelli, informou ao vereador que era de seu conhecimento que a verbodada tirada a Unestado fora retirada dos vinte e cinco por cento da educação, reafirmando seu posicionamento anterior. Jorge Libreu, disse que se era facultado ao Executivo, poderia ele firmar convênio com qualquer curso superior público sem a intervenção do legislativo. Quando a emenda, disse que de início fora contra a qualquer tipo de ajuda a Universidade de Lâerus pois via no ela com rumo político. Registrou que se encontravam numa situação delicada, pois existiam alguns que dependiam da Universidade, sabendo e eles como homens públicos dar total apoio para que vá a frente. Propôs uma sub-emenda ao artigo vigéssimo - segundo, onde sugeriu que se adiesse o termo "pagos após ao termo "ensino superior"

a palavra "público" para assim não haver desconformidade com o Lei Orgânica. Participando João Medeiros informou que a emenda adintra-se com o objetivo de beneficiar o ensino superior público, sendo como burocracia desnecessária a votação da sub-emenda, sugerindo que fosse corrigida na sua emenda a proposta do vereador. Jorge Libreu informou que não havia objeção de sua parte informou, após o Senhor Presidente que seria feita a correção. José Pedro Serrofini, entendeu estar o vereador Osman Martinelli, Roberto de Ração, como também os vereadores que subscreveram a emenda, pois estava se tentando juntar as partes interessadas, a faculdade e o Executivo, para elaborar um minuto de convênio, que o seu ver já devia ter sido proposta pela faculdade e apresentado ao Executivo. Informou da necessidade de tramitar, para a execução do convênio, o minuto no Casa. Informou que o redundância se fazia em dois artigos da Lei Orgânica, entendeu que o município devia através daquela proposição, através de outros convênios fazer com que fique selada a participação do município junto àquela órgão. Fez colocação quanto ao comentário que existia, de rivalidade que

envolve a Universidade de Cáceres e o Unestado, dizendo que a aprovação do convênio envolvendo o município e a Unestado, fora na intenção de aprimorar o ensino, não duvidando direcionarem qualquer tipo de divergência mostrando rivalidade entre os dois níveis de ensino superior. Mencionou que em conversa com um professor da faculdade, observara que estavam mentalizando em usar parte do dinheiro para a construção do campus da faculdade, dizendo que só seria possível quando do exatidão absoluta de que o ensino fundamental, o ensino básico estivesse sendo atendido sem por cento. Waldemar Brandão, entendeu que os vereadores deviam se conscientizar de que tinham uma faculdade e não dizer que em dois anos a teriam como um fato ocorrendo. Solicitou aos vereadores que agissem na casa do mesmo modo como agiriam fora dela, se era contra fora dela, deviam continuar o sendo para o povo assim saber nitidamente as coisas. Disse que era preciso, recordando até certo ponto com a posição do vereador Omar Martinelli, de se especificar no projeto de diretrizes a obrigação, e não a autorização, de firmar o convênio. Flávio Slaview, registrou que deve-

rio Raven uma preocupação maior com o ensino básico, dizendo não ser contra o nível superior, apenas via que o ensino de primeiro grau devia muito a desfezar. Discos de sua preocupação quanto a forma de como fora instalado a faculdade, registram do a situação que se encontrava. Repartando Waldemar Brandão, registra que tiveram lutar para que não acontecesse em Sinop o que vinha ocorrendo em outras cidades. Continuando Honório Spaviero, reafirma que jamais fora contra a Universidade, ou que se firmasse um convênio com a mesma, entendendo que mesmo aprovada a emenda deveria ser firmado o convênio, para assim evitarem a politicagem pois já havia passado, e a faculdade continuava. Continuando Honório Spaviero, informa que terminando uma politicagem dava-se início a outra, entendendo que fazendo-se o convênio não haveria necessidade do emenda. José Pedro Seropini, mencionou estar o vereador Honório Spaviero, coberto de razão quanto a sua explanação, pois o cargo não possuía competência de manter um convênio, poderia somente auxiliar na elaboração. Entendeu que o vereador Waldemar Brandão atropelava, quando dizia em fazer o convênio. Waldemar Bran-

dão, registrou que não estava a tro-
 pelando nada, pois se houvesse boa
 vontade, deveria ter sido elaborado
 já o convênio, pois poderia ser fei-
 to por qualquer pessoa. Concordou
 com o vereador quando dizia que
 não poderiam mantê-lo, mas in-
 formou que tinham a capacidade
 de fazer com que o Prefeito o
 mantesse. Honório Staviero, disse que
 era sua preocupação que Sinop ti-
 verse um nível superior de qual-
 quer forma, não sendo necessá-
 do de emenda se tivesse sido for-
 mado o convênio. José Pedro Seropi-
 ni, sugeriu na esteira da proposi-
 ção do vereador João Medeiros, sub-
 emenda no artigo décimo - segun-
 do, acrescentando-se o termo "até"
 dois por cento. João Medeiros, enten-
 deu ser a proposta do vereador
 bem intencionada, mas do mane-
 ir de como fora feita era um gol-
 pe violento a proposta. Referiu-se ao
 valor que seria destinado a educa-
 ção de primeiro grau no municí-
 pio, conforme verificara no orçamen-
 to que tramitava no caso, acham-
 do ser um exagero. José Pedro Seropi-
 ni, disse que sua proposição vinha
 embasada no artigo duzentos da
 Lei Orgânica. O Senhor Presidente co-
 municou ao plenário que a propo-
 sição do vereador José Pedro Seropi-

mi teria que ser sub-escrito por ho-
ver contrariedade por parte de al-
guns vereadores, sendo que sua
votação se faria em próxima ses-
são. João Medeiros, solicitou que fos-
se o mesmo apreciado naquela
sessão. Disse ser de sua intenção
solicitar a dispensa do interstício re-
qüimental, pois se o apreciassem em três
sessões estariam ferindo a Lei que es-
tabelece que o Plano de Diretrizes
deveria ser votado até trinta dias an-
tes do recesso legislativo. José Pedro Se-
raphim, retirou sua sub-emenda em vir-
tude da explanação dada pelo vere-
ador João Medeiros. O Senhor Presiden-
te, reportou-se quanto a maneira que
foi implantada a faculdade de ló-
cus em Simão, dizendo que se não
fosse a politicagem talvez ela não
existiria, pedindo aos vereadores que
esquecessem a forma de como fora
instalada e se unissem para aju-
dar os alunos e professores, pois
se fazia necessário para o muni-
cípio o ensino superior. Nada mais
havendo em votação, a emenda, fora
o mesmo aprovada por unanimi-
dade. Logo continuo, fora apresentada
a emenda número dez, autoria do
vereador João Medeiros, a qual o jus-
tificou e nada havendo em contrá-
rio, em votação fora aprovada Wal-
demar Brandão, bem como os vere-



dous que subscreveram as proposições, que durariam continuar com suas posições. Pois poderia o Prefeito vetar a proposição e vetando-a voltaria a casa para aprovação. Jorge Libreu, solicitou que ao invés de dispensarem o interstício, convocassem os vereadores extraordinariamente, pois a dispensa prejudicaria a intenção do vereador Waldemar Brandão, quanto a criação da Secretaria da Agricultura. Informou, após, o Senhor Presidente que o projeto seria votado em primeira votação naquela sessão. Não havendo, mais nenhum vereador a se manifestar, em votação o projeto, foi aprovado por unanimidade. Representando, após, o projeto de lei número onze do Executivo. Itair Edomar Kirsek, solicitou a mesa que fosse dispensado o parecer ao projeto, pois era o mesmo de nível nacional, não vendo necessidade em que mudá-lo. Requerer, ainda, que fosse também dispensado o interstício regimental para que fosse votado em uma única votação. José Pedro Serrofini, estava, no condão de Presidente da Comissão de Justiça e Redação, a viva voz o parecer favorável ao projeto. Solicitando ao vereador Fernando Bispo Ferreira que como presidente da Comissão de Finanças e Orça-

mentes exarar-se também seu parecer. Fernando Bispo Ferruz, atendendo o pedido do vereador, exarou seu parecer favorável ao projeto. João Medeiros, registrou a existência de uma lacuna no projeto que não fora preenchido, no que dizia respeito a remuneração dos conselheiros, dizendo ser o trabalho extenso e a pessoa que se dedicasse ao Conselho iria ter que deixar de lado qualquer outro ofício. Waldemar Brandão, reportou-se quanto a urgência da aprovação do projeto, dizendo que podriam depois, com a aprovação do projeto em outros municípios, seguir o exemplo. Criado e discutida a interstício, em único votação fora o projeto aprovado. Logo após, foi apresentado a indicação número cinquenta e oito, autoria do vereador João Medeiros, que o justificou. Em discussão Jorge Libreu, sugeriu que fosse solicitado o Telmat que estendes-se a instalação em todas as escolas. João Medeiros, informou ao vereador que teria seu apoio, solicitando ao mesmo que apresentasse uma proposição naquele sentido. Waldemar Brandão, referiu-se a importância de que se fizesse a instalação dos aparelhos telefônicos nas escolas, facilitando vários contatos. Osman Martinelli, informou que em contato com a



Telemat, soubera que não haviam condições de atender pedidos daquela natureza, pois não havia a disposição telefones públicos em Sinop, dizendo que tentariam fazer um remanejamento, fazendo uma nova instalação nos pontos prioritários, afirmando o vereador que aquele era um ponto prioritário e que deveriam batalhar para que lá fosse instalado. Nada mais havendo, em votação, foi aprovado por unanimidade. Após concedeu o Senhor Presidente um intervalo aos trabalhos reiniciando-os com o espaço aberto as explicações pessoais. Possivelmente, inicialmente, o vereador Jorge Libera que reportou-se quanto a constante procura de munícipes a seu pessoal, dizendo que procuravam outros vereadores pedindo favores aos mesmos, sendo que os encaminhavam a ele dizendo-lhes que era o único vereador que poderia atendê-los e que tinha condições de manter contatos com o Executivo. Pedindo aos vereadores que usavam daquele meio que poupassem os demais vereadores de momentos constrangedores como aquele por que estava passando, pois era do conhecimento dos demais, que não podiam resolver os problemas dos munícipes, dizendo que não tinham o poder de mando no município.

seu função era outra. Fernando Bispo Ferreira, solicitou que fosse encaminhado ofício a Transimp, solicitando a empresa, o itinerário do ônibus circular, entrando no Madeirinho Moço, seguindo pelo Parque das Eiras, entrando no Avenida das Sibipiruanas, cruzando a Vila Operária indo até o centro. Referiu-se também, quanto ao não emplacamento dos veículos da Expresso Maringá em Simop, solicitando que fosse pedido ao Presidente proprietário do empresa que emplacasse seus veículos em Simop. José Pedro Serapini, registrou a má vontade do atendimento do ministério do trabalho no município. Solicitou a Mesa que fossem pedidos informações do Executivo para saber o que estavam fazendo para que aquele órgão se mantivesse em Simop, e que fosse convidado o representante do órgão para usar do Tribuna, prestando esclarecimentos aos municipais. Hércio Lidomar Kirzch, reportou-se quanto ao guarda volumes do rodoviário, dizendo que o mesmo não comportava a quantidade de volumes só colocados, referindo-se também ao alto valor cobrado que muitas vezes ultrapassava até mesmo o valor do objeto. Sugeriu aos vereadores que em conjunto com as pessoas responsáveis pelo sistema SocioP do município estudas-



sem a viabilidade quanto a distribuição de leite e alimentos a população mais carente do município, pois a situação era grave e se agravaria durante o período das chuvas, entendendo o vereador ser um responsável em parte por aquele problema. Waldemar Brandão, reiterou alertas quanto ao problema, dos acidentes e da sinalização da Rua das Noqueiras, solicitando novamente providências quanto ao caso. Ratificou suas palavras ditas em sessões anteriores contra a representação da Folha do Comércio, lamentando a posição do Senhor Dorival Dias Franco, quanto ao caso. Solicitou que se unissem para desbaratar aquela "quadri-lha" de "Padrões" que roubava os comerciantes de Sinop, para acabar com o que vinha acontecendo com a população de Sinop. João Medeiros, mencionou que haviam conseguido avanço com a deliberação do projeto de Lei número nove, especialmente quanto a emenda subscrita por onze vereadores que designava percentual da quantia da educação ao ensino superior e aos extras-camais do município. O Senhor Presidente, registrou, lamentando, o mal funcionamento do cartório de Registro Civil de Sinop, dizendo do mau atendimento por parte do cartório,

registando seu empenho para proce-
rar diminuir a burocracia. Solici-
tou do corregedor do município,
um melhor atendimento a popu-
lação. Criticou, após, a atitude da
polícia, que vinha intervindo junto
a população em favor do classe
de cabelúvrios. Solicitou aos poli-
ciais que para pedirem carona, não
usassem de autoridade. Pediu aos
vereadores que após a sessão per-
manceussem no Plenário pois o
Professor Laudemir Luiz Tart - Diretor
do Universidad de Cáceres, queria
falar-lhes para marcar uma reunião
com os mesmos. Nada mais havendo
em nome de Deus encerrou a sessão,
sendo esta ato Parado e se for ache-
da conforme irá assinado pelo Pre-
sidente e Primeiro-secretário.

Walter Justini
Presidente

Ata da trigesima terceira Sessão Ordinária
da Câmara Municipal de Sinop - Estado
do Mato Grosso.

Nos doze dias do mês de novembro de hum
mil novecentos e noventa, às vinte horas,
nas dependências da Câmara Municipi-
pal de Sinop, reuniram-se os Senhores
Vereadores, exceto o vereador João André
de Sampaio para a realização de